

O LIVRO DIDÁTICO COMO PONTE PARA O ESTUDO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA

Larissa Almeida Alves*

Adriano Ribeiro da Costa**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o tratamento dado pelo livro didático de língua portuguesa em relação ao estudo da variação linguística e ao combate ao preconceito linguístico. A metodologia utilizada foi a bibliográfica, de cunho qualitativo, baseada em estudos na área de Sociolinguística. Constatou-se que a variação linguística é uma realidade social e que a não aceitação da mesma gera o preconceito linguístico. Concluiu-se que os professores devem escolher os livros didáticos de língua portuguesa que abordem adequadamente a questão da variação linguística e do preconceito linguístico, para trabalharem durante suas aulas.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Variação linguística. Preconceito linguístico. Livro didático.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir el tratamiento dado por el libro de texto de la lengua portuguesa en relación con el estudio de la variación lingüística y la lucha contra la discriminación lingüística. La metodología utilizada fue bibliográfica, de carácter cualitativo, basada en los estudios en el área de Sociolingüística. Se encontró que la variación lingüística es una realidad social y que la no aceptación de la misma genera la discriminación lingüística. Se llegó a la conclusión de que los profesores deben elegir los libros de texto de lengua portuguesa que aborden adecuadamente la cuestión de la variación lingüística y de la discriminación lingüística, para trabajar durante sus clases.

Palabras clave: Lengua Portuguesa. Variación lingüística. Discriminación lingüística. Libro de texto.

1 INTRODUÇÃO

A diversidade linguística em sala de aula é um assunto que, ultimamente, vem preocupando os professores de língua portuguesa na hora da elaboração das aulas para fazer abordagem sobre a questão da variação linguística. Nesse sentido, sabe-se que hoje o Livro Didático (LD) é uma

* Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa – FASETE. almeidalary18@gmail.com

** Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professor do Instituto Federal de Pernambuco – IFPE/DEaD. adriano.da.kosta@gmail.com

das ferramentas mais utilizadas pelo professor durante as aulas. Desse modo, este trabalho parte da necessidade de discutir o tratamento dado pelo LD de Língua Portuguesa ao estudo da variação linguística e ao combate ao preconceito linguístico.

A metodologia utilizada é a bibliográfica, de cunho qualitativo, baseada em estudos na área de Sociolinguística, especialmente, nos estudos de Marcos Bagno.

Este artigo está estruturado em três seções, a saber: A primeira seção aborda os conceitos e tipos de variações existentes no meio social, além de mostrar qual a atitude que o professor deverá ter em relação à valorização da variação linguística durante as aulas de língua portuguesa. A segunda seção apresenta a definição de preconceito linguístico e que esse tipo de preconceito é fruto das desigualdades e diferenças sociais, abordando também o papel da escola e do professor frente ao combate ao preconceito linguístico, em sala de aula. Já a terceira seção faz um breve comentário sobre o surgimento do LD e o uso que o professor faz desse material durante as aulas, mostrando o tratamento que o LD deve dar em relação à variação linguística.

2 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Discutir a variação linguística é uma questão que está cada vez mais presente em debates de linguistas e pesquisadores, pois se buscam maneiras de como trabalhar a valorização da variação linguística em sala de aula. Como se sabe, toda comunidade de fala se caracteriza por determinados aspectos, como por exemplo, o modo de falar, pois a língua é uma instituição social, que se concretiza pelos atos da fala.

Sabe-se, então, que o estudo sobre a variação linguística é de grande valor no meio educacional e que deve ser abordada pelo professor durante as aulas de língua portuguesa. Este deve buscar materiais, como textos e livros, que trabalhem conteúdos que enfatizem a presença da diversidade linguística e não apenas conceitos sobre língua e linguagem e, principalmente, teoria gramatical, sem levar em consideração os usos linguísticos do cotidiano do educando.

Em relação à variação linguística, podem-se observar fatores extralinguísticos, que estão relacionados ao sexo, à faixa etária, à escolaridade, ao nível socioeconômico, à comunidade de fala em que o falante está inserido, fatores estes que possibilitam a existência da variação linguística. Conforme Alkmin (2001, p.33), “[...] qualquer língua falada por qualquer comunidade exibe sempre

variações. Pode-se afirmar mesmo que nenhuma língua se apresenta como uma entidade homogênea. Isso significa dizer que qualquer língua é representada por qualquer conjunto de variedades.”

Essa diversidade linguística, de acordo com Alkmin (2001) e Preti (1982), pode ser dividida em: diatópica e diastrática. A diatópica é a variação ligada aos fatores geográficos, ou seja, o espaço físico ou regional, de origem dos falantes. De acordo com Preti (1982, p. 18), as variações geográficas “são aquelas que ocorrem num plano horizontal da língua, na concorrência das comunidades linguísticas, sendo responsáveis pelos chamados regionalismos provenientes de dialetos ou falares locais”. Desse modo, a variação diatópica está relacionada aos planos lexicais da língua (palavra que existe em determinado lugar e não existe em outro), fonéticos (forma de pronunciar as palavras), semânticos (diferenças no significado das palavras) e sintáticos (modo de organizar orações, frases e as partes que a compõem). Tem-se, também, nesse tipo de variação, segundo Preti (1982, p. 19), “a contraposição entre a linguagem urbana e rural, que são decorrentes de outras variações ocorridas no espaço em que o indivíduo está inserido”.

Já a variação diastrática está voltada às variações de natureza social, como: fatores culturais (formação e cultura do indivíduo), fatores contextuais (situação em que se encontra o falante) e fatores naturais (faixa etária e sexo). Como afirma Alkmin (2001, p. 35), “são fatores que estão ligados à identidade do indivíduo e à organização da comunidade de fala em que o falante está inserido”. Sabe-se que as variações atingem todas as classes, pois todas elas são características do meio social em que o falante está inserido; ou seja, todo indivíduo interage verbalmente, independente de idade, sexo, classe social, entre outros aspectos, nesse sentido, todos vão utilizar uma variação linguística relativa ao meio, às condições e à situação em que se encontram.

Como foi dito anteriormente, em toda comunidade de fala observa-se a presença de um conjunto de variações linguísticas. Estas variantes são produtos do meio em que o indivíduo está inserido e, muitas vezes, são classificadas de acordo com a posição social do falante.

Segundo Bagno, Sttubs e Gagné (2002, p. 73),

é preciso sempre lembrar que, do ponto de vista sociológico, o “erro” existe e sua maior ou menor “gravidade” depende precisamente da distribuição dos falantes dentro das classes sociais, que é também uma pirâmide de variedades linguísticas. Quanto mais baixo estiver o falante na escala social, maior número de “erros” as camadas mais elevadas atribuirão à sua variedade linguística (e a diversas outras sociais dele).

Essa classificação volta-se para fatores socioeconômicos e culturais do falante, como: classe social, renda, cor da pele, escolaridade etc. Assim, as variações linguísticas sofrem um forte reflexo da posição social em que o falante se encontra.

Afirma Alkmim (2001, p. 42) que “assim como não existem línguas inferiores, não existem variedades linguísticas inferiores.” Pois como foi visto, a língua não é homogênea e o que os falantes de uma comunidade julgam não é a fala, mas a posição do falante na sociedade, o que leva a surgir a distinção das variedades linguísticas.

Dessa maneira, é importante que a escola não fique presa apenas à explanação do conteúdo de gramática, mas se volte para o ensino contextualizado com os “valores sociais atribuídos a cada variante linguística” (BAGNO, STTUBS e GAGNÉ, 2002, p. 75).

Vale salientar que o professor de língua portuguesa, durante as suas aulas, deve buscar maneiras que tenham como finalidade valorizar o uso dessas variantes no meio social. De acordo com os PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 142),

a linguagem verbal representa a experiência do ser humano na vida social, sendo que essa não é uniforme. A linguagem é constructo e construtora do social e gera sociabilidade. Os sentidos e significados gerados na interação social produzem uma linguagem que, apesar de utilizar uma mesma língua, varia na produção e na interpretação.

Assim, o professor, durante a elaboração de suas aulas, deve ter pleno conhecimento desses parâmetros que tem a seguir, isto é, que o educando é fruto do meio social em que vive, confirmando que a linguagem do ser humano é gerada no social. Então, durante as aulas de língua portuguesa, o professor terá que mostrar a importância da variante do educando e fazer com que esta variedade linguística empregada por ele seja valorizada, porque é uma identidade social do falante.

A não aceitação dessas diferenças linguísticas é responsável por inúmeros preconceitos sociais, que, neste contexto, é designado como Preconceito Linguístico, que não pode existir no meio educacional, pois cada educando possui cultura e costumes oriundos do seu grupo social.

Bagno, Sttubs e Gagné (2002, p.78-79) complementa que,

Este deveria ser, então, um grande foco de interesse da prática pedagógica e da pesquisa do professor de língua: o conhecimento cada vez mais detalhado da variação linguística e das consequências sociais dessa variação – consequências que nada têm

a ver com supostos valores intrínsecos das diferentes variedades linguísticas, mas sim com fenômenos sociológicos que levaram à valorização e à atribuição de prestígio a determinadas formas linguísticas, as que comparecem nas variedades das camadas sociais dominantes.

Ao se tratar de ensino de língua, os profissionais com nível superior na área de língua portuguesa possuem conhecimento sobre a inclusão do estudo das variações linguísticas no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, ao longo do processo de formação acadêmica, os professores estudam os mitos e preconceitos sobre as variações linguísticas. Por isso eles têm papel fundamental no esclarecimento da importância aplicada à valorização dessas variantes nas suas aulas.

3 PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Em relação à variação linguística, destaca-se uma forma de preconceito bastante difundida no processo educacional: o preconceito linguístico. Esse tipo de preconceito volta-se para a discriminação dos diferentes modos de falar de uma determinada comunidade de fala.

Segundo Bagno (2003a, p. 38),

Quando nós, falantes escolarizados de uma variedade urbana culta, rimos (ou temos pena) de alguém que diz *prantá* no lugar de *plantar*, aproveitamos essas diferenças de pronúncia para mostrar que nós não pertencemos àquela classe social, àquela comunidade “*atrasada*”, que não fazemos parte daquele grupo desprestigiado... Queremos deixar bem clara a distância social, econômica e cultural que existe entre nós e aquele falante de não padrão. E é daí que nasce o preconceito linguístico [...].

Com base nessa afirmação, é necessário que cada indivíduo falante tenha conhecimento das variantes e saiba valorizar cada uma delas para que não ocorra discriminação, ou seja, devem ser respeitadas por todas as classes sociais, sejam elas ‘cultas’ ou ‘não cultas’, ‘altas’ ou ‘baixas’, ‘urbanas’ ou ‘rurais’, entre outras.

Deve-se saber que cada indivíduo possui uma identidade social e própria, devido a fatores socio-culturais, por isso não se deve ser desvalorizado, ou melhor, discriminado por nenhuma de suas variações linguísticas e muito menos substituídas por regras gramaticais, adotadas pelas chamadas classes privilegiadas. De acordo com Bezerra e Dionísio (2005, p.77), “é enorme a gama de variação e, em função dos usos e das mesclas constantes, não é tarefa simples dizer qual é a forma padrão (efetivamente, os padrões também são variados e dependem das situações de uso).”

Vale salientar que cada situação exige do falante uma variante de acordo com o momento, local, ou seja, uma variante formal ou informal, pois como afirmam os PCN (1998), cabe à escola trabalhar o educando para que reflita e escolha a forma adequada para falar em determinada situação comunicativa, e não fazer com que ele fale ‘certo’, isto é, aprenda todas as regras gramáticas, mas não saiba aplicá-las no momento adequado. É importante que o indivíduo saiba adaptar sua variedade às diferentes situações que vão surgindo, a partir da competência linguística que adquiriu durante o tempo de sua vida.

O preconceito linguístico ocorre devido à discriminação que existe em relação ao falante, ou seja, à cultura, às condições econômicas, entre outros. Fatores que são fruto do meio social do indivíduo e que interferem na produção linguística de cada um deles. Assim, segundo Bagno (2003a), o preconceito linguístico ocorre devido a não aceitação de determinadas características próprias dos indivíduos por aqueles que ostentam um conhecimento mais amplo e, por ocuparem uma classe de maior privilégio, se acham no direito de menosprezar ou discriminar os falantes de classe social menos privilegiada.

Alguns professores, administradores escolares e psicólogos educacionais tratam o educando pobre como um ‘deficiente’ linguístico, como se ele não falasse língua nenhuma, como se sua bagagem linguística fosse ‘rudimentar’, refletindo, conseqüentemente, uma ‘inferioridade’ mental.

Bagno (2003b) mostra que o preconceito linguístico é um “preconceito social”, ou seja, é no meio social que se prolifera, na medida em que o indivíduo é discriminado em atividades de caráter social. Nesse caso, a sociedade não discrimina necessariamente a variação linguística que o indivíduo utiliza, mas a classe social a que ele pertence.

O preconceito linguístico não existe. O que existe, de fato, é um profundo preconceito social. Se discriminar uma pessoa por ser negro, índio, pobre, nordestino, mulher, deficiente físico, homossexual, etc., já começa a ser considerado “publicamente inaceitável” (o que não significa que essas discriminações tenham deixado de existir) e “politicamente incorreto” [...]. (BAGNO, 2003b, p. 16)

Dessa forma, o preconceito linguístico é decorrente também das desigualdades sociais existentes, só ocorrendo devido à ignorância e à incapacidade de compreender e aceitar as diferenças linguísticas por parte daqueles que se encontram em posição privilegiada no meio social.

Os PCN (1998, p. 82) também orientam para o fim do preconceito linguístico quando afirmam que este, “[...] como qualquer outro preconceito, resulta de avaliações subjetivas dos grupos sociais e deve ser combatido com vigor e energia”. Nesse aspecto, a escola surgiu com o objetivo de preservar e reproduzir ideias sociais de mundo, ou seja, um instrumento de ‘saber’ e ‘poder’. Porém, hoje, a escola e o professor desempenham papel fundamental no questionamento sobre a valorização linguística e dos preconceitos que existem na sociedade.

A escola apresenta-se como meio de relações sociais e conhecimentos, para que os indivíduos sejam aceitos pela sociedade. A depender de sua atuação, ela pode ser considerada responsável pela erradicação ou disseminação do preconceito linguístico. Não só a escola, mas todos os educadores devem saber que a variação linguística existe e que “nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico.” (BAGNO, 2007b, p. 52)

Nesse sentido, é necessário o professor valorizar cada comunidade de fala que se encontra no meio social ou na sala de aula e buscar maneiras que venham a erradicar o preconceito linguístico, que atualmente permeia a sociedade. E a escola deve trabalhar em uma perspectiva que ofereça a todos a mesma valorização cultural, seja pertencente a uma classe ‘melhor’ ou menos favorecida. Deve mostrar aos educandos a existência das regras gramaticais e a presença de mais de uma variedade linguística no meio social, levando-os a perceber que existem diferentes modos de falar. É preciso que os professores e a escola deixem de lado a questão da discriminação e passem a valorizar um convívio com a diferença, tomando como base os parâmetros de uma concepção adequada de língua e não apenas conceitos e regras gramaticais. Para isso, é necessário que o profissional se atualize em sua área, como diz Bagno (2007b, p. 140), “é preciso que cada professor de língua assuma uma posição de *cientista e investigador, de produtor de seu próprio conhecimento linguístico teórico e prático*, e abandone a velha atitude gramatical contraditória e incoerente”. (grifo do autor)

Isso mostra que o professor deve refletir sobre suas práticas pedagógicas e não apenas trabalhar as tão “massacrantes” regras gramaticais e respeitar as diferenças encontradas no interior da sala de aula, sem discriminação à fala do educando, mostrando que existem diferentes tipos de situação e que cada situação exige o uso da língua de modos diferenciados. Nesse caso, Soares (1995) afirma que os professores têm trabalhado essa questão de ensino da língua puramente no sentido linguístico e não em uma perspectiva política, a de que qualquer educando está apto à

comunicação, pois já possui um conhecimento de uma determinada variante, seja culta ou não, que adquiriu pela convivência com seus pais, familiares e a população da sociedade em que está inserido, por isso não deve ser levado a se adaptar à variedade determinada pela classe social dominante, mas que deve ter consciência da existência de outras variedades linguísticas.

Segundo os PCN (1998, p.82), “o estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa.” É recomendável que os professores de língua, com base nos PCN e junto à equipe pedagógica, elaborem propostas voltadas para discussão da presença da variação linguística com seus educandos, mostrando que existem diferentes modos de falar em uma sociedade, a fim de refletir sobre as consequências que se pode ter de um preconceito à determinada variante linguística e os prejuízos causados à vida de cada educando, seja na escola ou fora dela, por causa de tal atitude preconceituosa.

Então, o papel do professor é desenvolver um trabalho no sentido de combater o preconceito linguístico em sala de aula, sabendo mediar as situações da variação linguística dos seus educandos. Trabalhar de forma produtiva os diferentes modos de falar, transformando o processo de ensino-aprendizagem em uma oportunidade de interação e conhecimento para os educandos, de forma que estes saibam adequar cada modo de falar à determinada situação. Dessa maneira, o professor leva o educando a adquirir conhecimento de outras variedades linguísticas e não impor uma determinada variedade a ser aprendida. E, nesse sentido, o LD pode ou não auxiliar o professor no trabalho de valorização das variantes linguísticas e no combate ao preconceito linguístico, dependendo de como ele aborda, em suas atividades, tais aspectos da língua portuguesa.

4 O LIVRO DIDÁTICO

Segundo Silva (1998), o LD possui uma força tão influente que muitas vezes apresenta-se como uma “muleta” para o professor ter como suporte durante as aulas. É a partir do contexto histórico que se pode buscar informação sobre a força que esse objeto possui na educação brasileira.

O LD surgiu desde XIX, na segunda metade da década de 1960, depois da revolução de 1964 e com a assinatura do acordo MEC-USAID (fusão do Ministério da Educação e United States Agency for International Development, cujo objetivo era o aperfeiçoamento do sistema educacional brasileiro), em 1966. A partir da década de 70, o LD ganha a posição de instrumento pedagógico imprescindível de acesso pela população. (SILVA, 1998, p. 44)

Vale salientar, com base em Silva, que o aparecimento do LD surgiu ao “toque da ditadura militar”(1998, p. 44)e em meio ao cenário que favorece a crítica que hoje existe em relação ao LD, isto é, o enraizamento da “pedagogia tecnicista”, que buscava maneira e materiais metodológicos que facilitassem o aprendizado do alunado.

Silva (1998, p. 45) complementa que o maior pecado da pedagogia tecnicista “foi o de sedimentar no imaginário do professorado brasileiro a crença de que a solução para os problemas da nossa escola residia nos métodos, nas técnicas e nos manuais de ensino”. Por isso que existe a crítica em relação aos LDs, pois, desde o surgimento, são vistos como instrumentos que promovem praticidade, facilidade ou são autossuficientes para conduzirem o ensino do professor, que se tornou muitas vezes submisso à imposição dos LDs.

Segundo Azevedo (1999, p. 86), “o livro didático é sempre um livro utilitário (foi feito para atingir um fim determinado), escrito em linguagem mais clara possível, cuja pretensão é transmitir informações objetivas e ensinar coisas”.Assim, desde o surgimento, o LD é enquadrado em critérios que reduz a capacidade do educando e também do professor de exercitar a criatividade, de reproduzir suas próprias histórias; ou seja, aproveitar a vivência e a diversidade linguística de cada um deles, sem imposição de um modelo já pronto e reduzido, dessa forma, faz com que o professor possa controlar seu tempo com a quantidade reduzida de conteúdos.

O uso do LD está presente não só durante as aulas de língua portuguesa, mas na maioria das disciplinas do currículo, e costuma ser a principal atração durante as primeiras reuniões do começo do ano letivo. Desse modo, apresenta-se como uma ferramenta fundamental utilizada durante as aulas, e é escolhido pelos próprios professores através do Guia do Livro Didático, disponibilizado pelo MEC.

De acordo com Bezerra e Dionísio (2005), o livro didático não constitui um único material de ensino da língua, mas na maioria das vezes, o mais importante para o professor e os educandos durante as aulas.Desse modo, muitas são as críticas em relação à escolha do LD de língua portuguesa, por isso, se faz necessário, por parte dos professores, uma investigação a respeito do mesmo.

Segundo Rangel, é necessário que o LD trabalhe um conjunto de valores que contribua para o ensino da língua e que alcance os objetivos propostos pelos PCN. Desse modo, é importante que o LD:

esteja isento de erros conceituais graves; abstenha-se de preconceitos discriminatórios e, mais do que isso, seja capaz de combater a discriminação sempre que oportuno; seja responsável eficaz, do ponto de vista das opções teóricas e metodológicas que faz, de tal forma que o programa declarado no livro do professor não só configure-se como compatível com os objetivos do ensino de língua materna e como ainda seja corretamente efetivado no livro do aluno. (RANGEL, 2005, p. 19)

De acordo com esses critérios acima, os professores de Língua Portuguesa também observarão, durante as análises dos LDs, a questão das diversidades dos gêneros textuais, a questão da leitura e produção de textos. Devem verificar se os LDs valorizam o conhecimento do cotidiano dos educandos, pois muitas vezes estão destinados a uma realidade contrária destes, e verificar também as atualidades dos temas trabalhados, entre outros pontos, antes mesmo de colocar os LDs em uso na sala de aula.

É de extrema necessidade que os professores também observem não só a questão da variação linguística, mas também mostrem e conscientizem os educandos de outros tipos de variantes e o combate ao preconceito linguístico que ocorre em relação às mesmas. Nesse sentido, é importante que a escolha do LD pelo professor ajuste-se às necessidades dos educandos, ou seja, que ofereçam propostas de aprendizagem que atendam à percepção da existência das variantes linguísticas e não apenas a estudos de regras e conceitos gramaticais. Assim, o LD deverá levar em consideração em seus conteúdos a questão da valorização da variação linguística, além de o professor adequar os conteúdos à realidade dos educandos.

Segundo Bagno (2007a, p. 119),

o tratamento da variação linguística nos livros didáticos continua sendo um tanto problemático. A gente percebe, em muitas obras, uma vontade sincera dos autores de combater o preconceito linguístico e de valorizar a multiplicidade linguística do português brasileiro. Mas a falta de uma base teórica consistente e, sobretudo, a confusão no emprego dos termos e dos conceitos prejudicam muito o trabalho que se faz nessas obras em torno dos fenômenos de variação e mudança.

Como relata o autor, o estudo da variação linguística é um pouco escasso nos LDs; além de abordar um pequeno conteúdo, ainda trabalha uma visão fora da concepção defendida pela Linguística em relação à valorização da variação linguística.

Alguns livros didáticos parecem abordar a variação linguística simplesmente para cumprir as exigências do Ministério da Educação e poder entrar na lista das obras que vão ser compradas e distribuídas. Com isso, o que a gente vê é uma unidade ou

um capítulo dedicado à variação linguística em termos “politicamente corretos” – em que se denuncia o preconceito linguístico, por exemplo, e se prega a tolerância e o respeito por todas as variedades – em contraste radical com todo o resto do livro, em que as questões gramaticais são abordadas de maneiras extremamente conservadora e autoritária, com insistência na denúncia dos “erros comuns” e na prescrição de formas “certas”, em geral já caídas em desuso, mesmo nos gêneros escritos mais monitorados. (BAGNO, 2007a, p. 135)

Por isso, o professor de língua portuguesa deve escolher, criteriosamente, que LD será utilizado em suas aulas e, sobretudo, desenvolver um trabalho que valorize bem a questão das variações linguísticas e do combate ao preconceito linguístico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo discutir o tratamento dado pelo LD de Língua Portuguesa ao estudo da variação linguística e ao combate ao preconceito linguístico. Observou-se, com base em algumas concepções teóricas, que a variação linguística existe no meio educacional e social e que a não aceitação da mesma gera o preconceito linguístico. Por isso o professor deve selecionar o LD que trabalhe estratégias de ensino que valorizem a diversidade linguística na sala de aula.

Os LDs, de um modo geral, trabalham a variação linguística em uma perspectiva que não permite uma reflexão mais profunda dessa questão. Deveriam privilegiar um ensino que favoreça ao educando atingir sua competência linguística, considerando os aspectos textuais e discursivos da situação de comunicação. Normalmente, reservam apenas uma unidade ou capítulo a esse assunto, limitam-se a apresentar a variação linguística como uma coisa nova, ou seja, “curiosidade” para os estudantes.

Dessa maneira, a situação exige do professor uma prática pedagógica que busque conscientizar os educandos da existência da variação linguística, pois cada grupo possui sua identidade cultural e linguística própria de seu meio social. Sendo assim, é necessário que o docente da área de língua portuguesa escolha um material que trabalhe a questão da variação de forma contextualizada durante suas aulas e que propicie uma reflexão para o combate ao preconceito linguístico.

REFERÊNCIAS

ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística I. In: MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Cristina Anna (orgs). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. v 1, p. 21-47.

AZEVEDO, Ricardo. Livros didáticos e livros de literatura: chega de confusão. In: ____
Revista presença pedagógica. Nº 25, v 5. Dimensão: Janeiro/Fevereiro, 1999.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística.
São Paulo: Parábola, 2007a.

_____. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49ª ed. São Paulo: Loyola, 2007b.

_____. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2003a.

_____. **A norma Culta**: a língua & poder na sociedade. São Paulo: Parábola, 2003b.

BAGNO, Marcos, STTUBS, Michael e GAGNÉ, Gilles. **Língua materna**: letramento,
variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

BEZERRA, Auxiliadora Maria e DIONISIO, Ângela Paiva (orgs). **O livro didático de
português**: múltiplos olhares. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BRASIL, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais
– PCN: língua portuguesa – ensino fundamental de quinta a oitava séries**. Brasília: MEC/SEF,
1998.

PRETI, Dino. A sociolinguística e o fenômeno da diversidade na língua de um grupo social.
Dialeto sociais e níveis da fala ou registros. In: ____ **Sociolinguística**: os níveis da fala. São
Paulo: Nacional, 1982, p. 1-27.

SILVA, Ezequiel Theodoro. Livro didático e qualidade do ensino. In: ____ **Criticidade e
leitura**: ensaios. Campinas, SP: Associação de leitura do Brasil (ALB), 1998, p. 43-56.

SOARES, Magda. Entrevista: para além do discurso. In: ____ **Revista Presença Pedagógica**.
Nº 02, v.5. Dimensão: Março / Abril, 1995.

RANGEL, Ergon de Oliveira (coord). **Catálogo do Programa Nacional do Livro Didático para
o Ensino Médio**: PNLEM/2005: Língua Portuguesa. Brasília: MEC, SEMTEC, FNDE, 2005.